

Países africanos de língua portuguesa reforçam solidariedade

Jornal (Lx)

23/12/83

A criação de um banco comum com sede em Praça Europeia, a abertura do tráfego aéreo e marítimo entre os cinco países, o estabelecimento de acordos comerciais bilaterais e coordenação de transportes de produtos, a formação de quadros em todos os sectores de desenvolvimento, bem como a tomada comum de posições políticas a nível internacional e a adopção definitiva do Português como língua de trabalho, são as linhas mestras do programa de acção de Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau para o ano de 1984.

Até à realização da próxima cimeira dos chefes de Estado dos países africanos de língua oficial portuguesa, que terá lugar em S. Tomé e Príncipe em finais do próximo ano, deverão estar convenientemente analisadas e preparadas para pôr em prática as linhas mestras do programa de acção definido em Bissau durante a IV Cimeira que esta semana se realizou na capital guineense.

Entre essas linhas assumem particular importância a criação de um banco comum aos «cinco» e a abertura do tráfego aéreo e marítimo entre si.

A abertura do tráfego aéreo e marítimo entre os cinco países lusófonos é tida pelos presidentes do «grupo dos cinco» como «revolucionária» e poderá mudar muita coisa.

Para a concretização desta medida, cada um dos «cinco» colocará à disposição de todos, os recursos financeiros e humanos (formação de quadros) que permitam a sua concretização num futuro próximo.

É igualmente importante a decisão de implementar as trocas comerciais tripartidas. Segundo o relatório da Cimeira de Bissau para o plano de 1984 será feita «uma utilização conjunta dos serviços das empresas e representações comerciais no exterior pertencentes a cada um dos países».

Esta utilização «abrange também a área dos transportes, tendo-se decidido que as empresas do comércio externo devem coordenar com as empre-

sas transportadoras de cada país, dando preferência às empresas do «grupo dos cinco», desde que em igualdade de circunstâncias com outros interessados».

Os cinco países acordaram, também, trocar de delegações periodicamente, para conhecimento de experiências concretas no domínio da formação técnica e formação de professores.

Sob o signo da unidade

Outro aspecto importante das conversações foi a forma-

Reunidos em Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné traçaram um programa de actuação conjunta para 1984.

ção profissional no sector dos seguros. Ficou estabelecido que haverá uma troca de planos anuais entre os «cinco» até 30 de Janeiro de cada ano.

Estas linhas de acção para 1984 são sintomáticas da pretensão do «grupo dos cinco» a se transformar em «bloco dos cinco». Segundo conversas mantidas pelo repórter de «O Jornal» com vários elementos das delegações, esse é o grande objectivo das ex-colónias portuguesas: adquirir auto-suficiência com base na troca de experiências de acções co-

muns e solidariedade militante.

Pode-se dizer que esta cimeira decorreu sob o signo da unidade. Uma grande confluência de interesses e de ideias permitiu que a cimeira tivesse resultados concretos bastante apreciáveis.

Mais uma vez, e como já acontecera no ano pasado, na Praia, em Cabo Verde, o presidente Samora Machel foi o líder natural dos «cinco». A sua presença em todas as reuniões e em público foi uma presença activa e actuante. Samora apresentou à mesa de trabalho boa parte das propostas que foram aprovadas, sendo nítida a sua satisfação pela Cimeira de Bissau.

Portugal, nas reuniões da IV Cimeira dos Chefes de Estado dos Países Africanos de Língua Portuguesa foi remetido ao papel de antigo país colonizador, a quem os novos países querem estar ligados pela língua e pelos laços de fraternidade e de cooperação de igual para igual.

A proposta do ministro português dos Negócios Estrangei-

«veladamente», continua a manifestar-se um certo apoio à Unita em território português, tendo ainda em atenção a nova «quebra» nas relações entre Lisboa e Luanda.

Quando, na sessão de encerramento da IV Cimeira, o ministro guineense dos Negócios Estrangeiros, Fidelis Cabral de Almada, lia a declaração final dos «cinco», e por alturas do parágrafo 37 fez uma pausa, por causa de uma gralha, tendo saltado algumas linhas, o presidente Samora Machel observou: «Camarada ministro: seria útil ler esse parágrafo. É muito importante.» A conferência lançou ainda um apelo ao secretário-geral das Nações Unidas no sentido de levar a cabo o mandato que lhe foi atribuído pela 37.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Por outro lado, exortou o Governo português a assumir integralmente as suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas em relação à questão de Timor-Leste, em conjunto com a Fretilin, encontrar a justa solução do conflito.

Em três dias de conversações, Portugal apenas foi mencionado, oficialmente, a propósito da questão de Timor-Leste e por causa da adopção da língua portuguesa como língua de trabalho em reuniões internacionais.

De qualquer modo, fora dos terrenos da conferência dos «cinco», ministros e outros membros das delegações comentavam de forma crítica a proposta de Jaime Gama formalizada há poucas semanas em Cabo Verde.

Críticas a Portugal

Em geral, os argumentos utilizados eram de que não seria um ministro dos Negócios Estrangeiros a propor o que quer que fosse a uma cimeira de cinco chefes de Estado, tendo em atenção que esse ministro era alheio à problemática do «grupo dos cinco», e de que a pró-

ros, Jaime Gama, de alargamento do «Grupo dos Cinco» a Portugal e ao Brasil, ou de aquisição do estatuto de «observador» para o Governo português nas cimeiras anuais do «grupo dos cinco», apenas foi aflorada em conversas aleatórias de bastidores.

É opinião geral entre os presidentes e as delegações dos «cinco» que Portugal não se iria «sentir bem» numa cimeira em que esteve presente uma delegação da Fretilin, de Timor-Leste — que teceu a Portugal as mais contundentes críticas — e quando,

pria proposta é «extemporânea» e «prematura» (ler entrevista com presidente Nino Vieira), além do melindre que a presença de Portugal poderia causar aos observadores da Fretilin.

O presidente Nino Vieira disse-nos, contudo, que a questão poderá ser amadurecida e levada a discussão na próxima cimeira dos chefes de Estado dos países africanos de língua portuguesa, a realizar em S. Tomé e Príncipe no próximo ano.

Satisfeitos com os resultados desta Cimeira, os presidentes e ministros dos «cinco», manifestavam alegria e boa disposição no encerramento dos trabalhos.

Na noite que antecedeu a partida das delegações para os seus países, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Moçambique, Cabo Verde e

Guiné-Bissau, resolveram* divertir-se na maior «boîte» guineense, a cinco quilómetros da capital.

O repórter de «O Jornal» esteve lá e assegura que nunca viu os ministros Paulo Jorge, Joaquim Chissano, Silvino da Luz e Fidelis Almada tão divertidos, gargalhando e dançando até de madrugada.

(Só a ministra de S. Tomé e Príncipe faltou, talvez por achar que uma senhora não deveria estar fora até tão tarde...)

O contentamento dos ministros estava duplamente justificado: a Cimeira fora um êxito e na manhã do dia seguinte reuniam-se na Suazilândia, Moçambique e a África do Sul, reunião decisiva para o futuro da África Austral, como a classificou Samora Machel aos jornalistas portugueses.

A. D.